

Gazeta do ADVOGADO

Edição 1 | Ano 1 | nº 01
Abril de 2014
Distribuição Gratuita

Tatiana Gomes,
formanda em Direito da
extinta UniverCidade.
Futuro incerto depois
do descredenciamento



ÓRFÃOS DO DIREITO

- ✓ Sem curso
- ✓ Sem diploma
- ✓ Sem amparo do MEC
- ✓ Sem apoio da OAB

Entrevista

Eliana Calmon:
"Eu costumo botar
o dedo na ferida".

Perfil

Técio Lins e Silva:
Carreira marcada pelos
anos de chumbo

A trajetória de uma carreira marcada pelos anos de chumbo



Foto: Assessoria IAB

Era 1964 e, na cabeça do jovem filho de uma família de grandes juristas, seria apenas o ano do ingresso na Faculdade Nacional de Direito, com aquele vigor que todo calouro já experimentou algum dia. Um mês após do início das aulas, porém, o diretório acadêmico foi fechado; seus dirigentes, perseguidos e vários professores, cassados. Era o início do golpe militar, que marcaria para sempre a história do Brasil e do jovem Tércio Lins e Silva, que anos depois se tornaria um dos mais respeitados advogados criminalistas do país.

“Foram tempos muito difíceis. Tivemos que recorrer a Mandado de Segurança, munidos de medida liminar concedida pela Justiça para estudar”, recorda Lins e Silva, que recebeu a **Gazeta do Advogado**

no elegante escritório instalado há 80 anos no coração do Rio de Janeiro pelos irmãos Raul, Evandro e Haroldo Lins e Silva – respectivamente, pai e tios do advogado.

Quase 50 anos após sua estreia no júri – a primeira vez foi em 1965, ainda como acadêmico – Lins e Silva demonstra a mesma paixão ao falar de sua atuação profissional. Ainda na época do vestibular, começou a trabalhar com o pai. Com o golpe, passou a auxiliá-lo na defesa dos perseguidos políticos. Foi nessa condição que começou a percorrer presídios, a polícia política, as auditorias militares e os tribunais. A morte prematura do pai, aos 54 anos, durante cirurgia cardíaca em 1968, o lançou de vez no mercado de trabalho. Em um movimento natural, o jovem acadêmico herdou a clientela de perseguidos.

De volta a 1964, no dia 1º de abril, o advogado estava defendendo o célebre Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco) da ameaça de invasão, a exemplo do que acabara de acontecer com a União Nacional dos Estudantes (Une). Os alunos mantinham-se em vigília cívica para defender o prédio, o mesmo que abrigou o Senado no tempo do Império, até que este fosse transferido para o Palácio Monroe, derrubado pela ditadura para que por ali passasse o metrô. “Algo inimaginável hoje em dia”, ressalta, com a indignação de quem via na construção algo “magnífico”.

“Fomos salvos por tropas legalistas do exército. Um tanque dirigido por um tenente fiel ao governo instituído nos salvou. Obviamente ele foi punido com cadeia depois”, recorda. O Caco acabou fechado e os estudantes que dirigiam o centro acadêmico foram denunciados como autores de crimes contra a segurança nacional, inicialmente numa vara criminal do Rio. Depois, com o Ato Institucional 2, foi deslocado para a auditoria militar, que funcionava em frente à faculdade. Os estudantes acabaram sendo beneficiados por um *habeas corpus* do Tribunal Militar, o Caco foi reaberto e Lins e Silva, alçado um pouco mais tarde à vice-presidência do centro. Até que, em 1968, o AI-5 inaugurou o período mais sombrio da ditadura e fechou as portas do Caco outra vez.

Durante 20 anos, o advogado atuou em quase todos os processos políticos do Rio de Janeiro. Destes, um dos mais espetaculares foi o do congresso “clandestino” de Imbiúna, com 800 réus. “Tinha que fazer no Maracanã, no Municipal!”, brinca. “Oitocentos meninos fazem um congresso numa cidadezinha do interior e chamam isso de

clandestino”, ironiza. O processo acabou desmembrado e nunca se encerrou. Mesmo destino teve o IPM da UNE, com 2 mil indiciados. “Era tão volumoso que não podia subir para o STM, porque se subisse, o prédio cairia. Então, ficava no Arsenal de Marinha”, conta.

Fora isso, lembra, houve outras centenas de processos, “quase todos com muita dor”. “A partir de 1968, todos os réus foram torturados.” Foi o caso de um cliente que integrava a Aliança Libertadora Nacional (ALN) capturado pelo temido delegado Sérgio Fleury, chefe do Dops. Depois de ficar preso em uma casa em São Conrado, foi levado para a Ilha das Flores. “Ele foi torturadíssimo. Não morreu por milagre.” Na época, a pena mínima para preso político era a prisão perpétua; a máxima, a morte. “Eu ganhei, porque ele foi condenado à prisão perpétua!”

Lins e Silva considera que o papel da advocacia do Rio de Janeiro foi fundamental para que o Tribunal Militar agisse de uma forma garantista. A Justiça Militar, aliás, é apontada pelo advogado como um freio para os desmandos da farda, contendo a violência por meio de *habeas corpus*. Não por acaso, o remédio jurídico foi suspenso depois do AI-5.

Apesar de toda truculência dos militares, ele afirma que os advogados eram mais respeitados que hoje. “Era inimaginável não ser recebido por um oficial general, ministro do Tribunal Militar, para entregar um memorial. Hoje, o presidente do STF não recebe advogado! Ele e outros.” Uma postura que ele atribui ao preconceito e ao que chama de entulho ideológico ainda existente no inconsciente do Judiciário. “Essa coisa de ter ódio da liberdade, de ter medo do cidadão. Por

Foto: Arquivo Pessoal



Em 1970, na posse de Nelson Barbosa Sampaio, no STM

Foto: Arquivo Pessoal



Ao lado de Sobral Pinto, o Sr. Justiça.

Foto: Arquivo Pessoal



Instalação do STM, em plena ditadura

que a advocacia é forte? Porque temos o monopólio da representação. Para chegar à Justiça, o cidadão tem que ter um advogado. Não sei se não gostam do povo, se não gostam do cidadão...”, provoca.

Preconceito que passa pela discussão a respeito do próprio acesso à Justiça e, também, do despreparo de parte da magistratura. A ditadura – novamente ela – abriu cursos indiscriminadamente. Hoje o que se vê é uma quantidade enorme de instituições sem biblioteca ou de professores sem boa formação. Por isso, Lins e Silva é um defensor do exame da OAB, que acaba funcionando como um filtro. A magistratura, porém, não tem a obrigação de passar por ele, já que o concurso público exige juízes da necessidade de ter registro como advogado.

Outra queixa aos novos tempos é a dificuldade de acesso ao preso. “Eu visitei preso na Vila Militar, nos

presídios do Exército, na fortaleza de Santa Cruz. Hoje você não fala com o preso pessoalmente, de forma reservada. Hoje tem um telefone, que é passível de interceptação.” Sobre o argumento de que a medida existe para coibir a associação de advogados com o crime organizado, é taxativo. “Então ele precisa ser investigado, denunciado e a OAB que casse sua carteirinha.”

Ex-secretário de Justiça do Rio de Janeiro, Lins e Silva não poupa críticas ao sistema carcerário. “O ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo) diz que é medieval. Eu diria que ele está sendo condescendente: é da idade da pedra. É produto de um descaso cultural da sociedade que acha que bandido tem que morrer.” A má vontade política, argumenta, teria como razão o fato de que condenados perdem seus direitos políticos. Em outras palavras, preso não dá voto. “Com um eleitorado de meio milhão de pessoas, se houvesse uma emenda constitucional dizendo que todo preso deve votar, talvez houvesse alguma reforma.”

Apelo Midiático

Sobre as reformas, aliás, Lins e Silva critica as alterações feitas no projeto de Reforma do Código de Processo Penal pelo Senado. Integrante da comissão que elaborou a proposta, ele lamenta a retirada da diminuição da pena para o furto simples do texto. “Se soltássemos 60% dos presos, não haveria qualquer reflexo na segurança da sociedade. É um contingente gigantesco de pobres, desvalidos, miseráveis que comentem furtos sem violência”. Mas o Congresso, pondera, estaria agindo sob apelo midiático. O mesmo acontece em relação à maioria penal. “A privação da liberdade deveria ser para quem não

pode ficar solto. Mas a Justiça Brasileira usa como elixir paregórico, como remédio para todos os males.”

Lins e Silva também não poupa o julgamento da ação penal 470 – o processo do mensalão. Para ele, o STF feriu um princípio básico, que é o do juiz natural, ao avocar o julgamento de réus sem prerrogativa de foro. “O juiz natural existe para evitar o julgamento casuístico. O Supremo violou esse princípio. Mas a quem reclamar? Só se for ao Papa”, brinca. Sem economizar adjetivos, critica a espetacularização dos julgamentos, especialmente depois que a TV Justiça passou a transmiti-los ao vivo.

Para falar da experiência como membro do Conselho Nacional de Justiça, que considera magnífica, parafraseia o líder cubano José Martí, que viveu nos Estados Unidos. “Agora posso dizer que ‘conheço o monstro por dentro, vivi em suas entranhas’”, diz, em uma referência ao Poder Judiciário.

Recém-eleito presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Lins e Silva quer que a Casa atue em parceria com o Congresso, especialmente em uma legislatura que vai debater grandes questões, como a reforma dos códigos. “O IAB é a academia da advocacia. Lá está o que há de melhor na cultura jurídica do país. Caberá a mim fazer com que essa inteligência e essa cultura sejam colocadas à disposição da nação. Se eu conseguir isso, posso me aposentar.” ■

Ouçá o áudio e conheça a íntegra da entrevista no nosso portal www.gazetadoadvogado.adv.br